



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 5.439, DE 2025

(Do Sr. Marcos Pollon)

Dispõe sobre a concessão de porte de arma de fogo aos motoristas profissionais de transporte de carga em território nacional e dá outras providências.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-937/2021.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025.

(DO SR. MARCOS POLLON)

Dispõe sobre a concessão de porte de arma de fogo aos motoristas profissionais de transporte de carga em território nacional e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica assegurado o porte de arma de fogo de uso permitido aos motoristas profissionais de transporte de carga, devidamente registrados na forma da legislação vigente, para defesa pessoal e proteção da carga transportada.

Art. 2º Poderão requerer o porte de arma de fogo os profissionais de transporte de carga que comprovem:

I – possuir registro como Transportador Autônomo de Cargas (TAC) ativo junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) ou vínculo empregatício formal com empresa de transporte rodoviário de cargas;

II – apresentar certidões negativas criminais das Justiças Federal, Estadual, Militar e Eleitoral;

III – comprovar aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, mediante laudo de psicólogo credenciado pela Polícia Federal;

IV – comprovar capacidade técnica para o uso da arma de fogo, mediante curso de tiro ministrado por instrutor credenciado na Polícia Federal;

V – comprovar residência fixa e exercício regular da atividade de transporte de carga.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Art. 3º O porte de arma de fogo previsto nesta Lei será concedido pela Polícia Federal, com validade nacional e prazo de 5 (cinco) anos, renovável mediante nova comprovação do exercício regular da atividade de transporte de carga requisitos e aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo.

Art. 4º O porte concedido nos termos desta Lei terá caráter pessoal e abrangerá todas as armas de uso permitido devidamente registradas em nome do interessado.

Art. 5º A autorização de porte de arma de fogo, prevista neste artigo, perderá automaticamente sua eficácia caso o portador dela seja detido ou abordado em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas ou alucinógenas.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação, definindo os procedimentos administrativos necessários à expedição do porte de arma aos motoristas de transporte de carga.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 28/10/2025 10:55:06.447 - Mesa

PL n.5439/2025

JUSTIFICATIVA

A presente proposição busca assegurar o direito à legítima defesa dos caminhoneiros, profissionais que enfrentam diariamente altíssimo risco nas rodovias brasileiras. Os dados da Polícia Rodoviária Federal e da Confederação Nacional do Transporte demonstram que o roubo de cargas figura entre os crimes mais recorrentes nas estradas, causando prejuízos bilionários à economia e colocando em risco a vida desses trabalhadores.

O caminhoneiro é, na prática, o elo que mantém o abastecimento do país. Transporta produtos essenciais à subsistência da população e à continuidade das atividades econômicas. No entanto, viaja frequentemente por regiões isoladas, sem apoio policial, e é alvo recorrente de quadrilhas especializadas em assaltos, especialmente nas rotas interestaduais de alto valor logístico.

A Constituição Federal, em seu art. 5º, caput, garante o direito à vida, à segurança e à propriedade, sendo dever do Estado proteger tais direitos. Contudo, quando o Estado falha em oferecer segurança efetiva nas estradas, a legítima defesa torna-se o último recurso de quem trabalha e produz. O porte de arma de fogo para caminhoneiros, mediante rigorosa qualificação e controle, representa uma medida de proteção individual e de fortalecimento da segurança pública.

O Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003) já prevê exceções à regra geral de proibição de porte, reconhecendo categorias que, em razão do risco da profissão, necessitam de autorização especial — como magistrados, membros do Ministério Público, auditores fiscais e agentes de segurança privada. É justo e coerente que os caminhoneiros, cuja atividade envolve alto risco de morte e sequestro, recebam tratamento semelhante.

A proposta impõe critérios rigorosos de idoneidade, capacidade técnica, exame psicológico e comprovação de vínculo profissional, garantindo que o benefício seja concedido apenas a profissionais efetivamente qualificados e sem antecedentes





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

criminais. Trata-se, portanto, de medida equilibrada, de cunho preventivo e não ofensivo, pautada no princípio da razoabilidade.

Além de proteger o indivíduo, o porte autorizado também desestimula o crime organizado, que hoje age com impunidade nas estradas. A perspectiva de reação legítima e controlada pode reduzir significativamente os ataques a caminhoneiros, complementando a ação das forças de segurança.

Por fim, o projeto fortalece o direito à autodefesa — expressão concreta da liberdade individual e da dignidade humana. O trabalhador que carrega o país sobre rodas merece o mesmo direito de proteção que o Estado concede a outras categorias sob risco.

Diante do exposto, solicita-se o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação deste Projeto de Lei, em defesa da vida, da liberdade e da segurança dos caminhoneiros brasileiros.

Sala das Sessões, 20 de outubro 2025.

Deputado Federal Marcos Pollon

PL-MS

Apresentação: 28/10/2025 10:55:06.447 - Mesa

PL n.5439/2025

